# LEI GERAL DO ESPORTE: TERMINOLOGIAS UTILIZADAS E ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DO ESPORTE

Kauany Adriane Teixeira Prestes – CNPq – 21040339@ueg.br, Diego Petyk de Sousa – dpsousa@uepg.br, Érica Fernanda de Paula – efpaula@uepg.br, Natasha Santos Lise – natashaslise@gmail.com, Paulo Sergio Ribeiro (Orientador) – psribeiro@uepg.br
Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Departamento de Educação Física

**Grande área: Ciências Sociais Aplicadas. Área do conhecimento: Estado e Governo. Subárea: Estrutura e Transformação do Estado. Especialidade: Legislação Esportiva.**

Palavras-Chave: *Política Pública, Esporte, Lei Geral do Esporte.*

## Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar as alterações terminológicas e estruturais do esporte, presentes e decorrentes da LGE. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental com base na lei. Desse modo, observamos inúmeras alterações terminológicas as quais refletem uma adaptação ao uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, bem como buscam alinhar a legislação com a linguagem atual, tornando mais claros os conceitos.

## Introdução

Aprovada em junho de 2023, a Lei Geral do Esporte – LGE (Lei nº 14.597, de 14 de Junho de 2023) se tornou o marco que regulamenta a prática esportiva no Brasil, consolidando em um único texto toda a legislação esportiva. Ao longo do texto observamos que alguns componentes das leis anteriores se mantêm, mas há a inserção de novos termos e uma proposta organizacional para o esporte em níveis. Assim, temos como questão norteadora: Quais foram as alterações terminológicas e estruturais do esporte, decorrentes da LGE? Buscando responder à questão proposta, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar as alterações terminológicas e estruturais do esporte, presentes e decorrentes da LGE. E os objetivos específicos são: a) Comparar os termos e conceitos próprios do campo esportivo utilizados na LGE e legislações anteriores; b) Apontar possíveis vertentes nas quais estão ancoradas as bases teóricas da LGE e legislações anteriores; c) Identificar a proposta de organização estrutural do esporte a partir da LGE e discutir as possíveis implicações.

## Materiais e Métodos

A presente pesquisa tem característica qualitativa. Quanto ao delineamento trata-se de uma pesquisa documental. No caso da presente pesquisa a principal fonte é a LGE, seguida pelas legislações anteriores, como a Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998).

## Resultados e Discussão

A Lei Geral do Esporte, em comparação com a antiga Lei Pelé, apresenta diversas atualizações terminológicas que refletem a modernização do setor esportivo. Essas mudanças foram motivadas pela necessidade de alinhar a linguagem legal ao uso popular e às normas internacionais, tornando o texto mais claro e acessível. Essas mudanças culturais, jurídicas e sociais aproximam a legislação do cotidiano e das práticas globais, tornando o texto mais claro e acessível. Termos como “desporto” foram substituídos por “esporte”, assim como “desporto escolar” para “esporte escolar” e “política desportiva” para “política esportiva”. Essa modernização visa atender às demandas atuais do setor, promovendo inclusão e eficiência na gestão, além de evitar ambiguidades legais, garantindo que a legislação permaneça relevante e eficaz. A Lei Geral do Esporte também divide a prática esportiva em três níveis, ausentes na Lei Pelé. O primeiro nível, formação esportiva, foca na iniciação e no desenvolvimento de habilidades em crianças e jovens, promovendo valores como disciplina e trabalho em equipe. O segundo nível, excelência esportiva, refere-se à preparação de atletas para competições de alto nível, com ênfase no desenvolvimento de talentos e suporte profissional. Por fim, o conceito de esporte para toda a vida incentiva a prática contínua do esporte, promovendo um estilo de vida saudável em todas as idades. Essa abordagem reconhece o acesso ao esporte como um direito fundamental e uma ferramenta de desenvolvimento social.

## Conclusão ou Conclusões

Em conclusão, a promulgação da Lei Geral do Esporte (LGE) em junho de 2023 constitui um marco crucial na evolução da regulamentação esportiva no Brasil. Além das mudanças regulamentares, também foram observadas alterações terminológicas em relação às leis anteriores.

## Agradecimentos

Agradeço ao CNPq, à Fundação Araucária e à UEPG pelo financiamento e apoio. Agradeço aos professores Diego Petyk de Sousa, Natasha Lise, Paulo Sérgio Ribeiro e Érica Fernanda de Paula pelas orientações. Agradeço também ao meu colega de estudo Ronaldo Viana e a Débora, por todos os incentivos e auxílios no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.** Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, 1998.
BRASIL, Senado Federal. **Lei Nº 14.597, de 14 de Junho de 2023**. Institui a Lei Geral do Esporte. Brasília, 2023.